



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ACTA N.º 01/2010

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 12 DE MARÇO DE 2010
INICIADA ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 20HORAS E 05 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL.
- ABERTURA.....	02
- ANTES DA ORDEM DO DIA	05
- ORDEM DO DIA.....	09
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	33
- ENCERRAMENTO.....	34

ACTA N.º 01/ 2010

ABERTURA

Aos doze dias do mês de Março de dois mil e dez, nas instalações da Assembleia Municipal sitas na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Ex.mo Senhor **Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1** - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2** - 1.^a Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do ano de 2010;
- 2.3** - Aquisição do Teatro Cine;
- 2.4** - Regulamento e Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas;
- 2.5** - Estrutura e Organização dos Serviços Municipais;
- 2.6** - Relatório sobre o estado do Ambiente Acústico Municipal;
- 2.7** - Relatório de Gestão e Contas do 1.º Semestre de 2009 da PARKURBIS - Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã, S.A.;
- 2.8** - Eleição de um Representante dos Presidentes de Junta de Freguesia para a Assembleia Distrital de Castelo Branco.

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respectivamente Senhores Victor Manuel Garcia Rebordão e Prof. Doutor António João dos Reis Rodrigues. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira, Dr. Luís Miguel Fonseca do Nascimento, Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro, Dr. Carlos Manuel Casteleiro Alves, Dra. Maria do Rosário Figueiredo Gomes de Brito, Prof. Joaquim António Matias, Dra. Glória Maria da Conceição Fernandes Louro Ramos, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Eng.º Victor Manuel Abrantes Marques, Dr. Nelson António Mendes da Silva, Maria de Lurdes Pereira Batista Pinto Lourenço, João Manuel Pinto, Pedro Nuno Cunha Leitão, Eng.º Francisco António de Matos Soares, Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dr. Marco António Barreiros Gabriel, Dra. Sara Cristina de Andrade Rodrigues dos Santos, Dr. Rui António Nabais Cordeiro Lourenço, Eng.º José Miguel Ribeiro de Oliveira, Dr. David José Carriço Raposo da Silva, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dra. Maria Filomena Palma Cordeiro Pires Figueiredo Gomes, Dra. Neli de Ascensão Pereira, Mário José Monteiro dos Santos Carriço, Isilda da Silva Barata, Dra. Joana Filipa Real Sardinha, Dra. Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Francisco Manuel Rodrigues Moreira, Eng.º Rui Salgueiro Ramos Moreira, Dra. Merícia Maria Andrade dos Passos, Dr. Jorge Humberto Alves Saraiva, Dr. Paulo Miguel Pinto Ferrinho e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, José Luís Antunes Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), João Luís Martins Gomes (Aldeia de Souto), Jerónimo Carvalho Barata (Barco), Prof. José Joaquim Pinto de Almeida (Boidobra) José Manuel Escodenga Nunes (Canhoso), José Martins Carrola (Cantar – Galo), António Geraldês Ramos (Casegas), Carlos do Carmo Martins (Conceição), Paulo Jorge Alves Rodrigues (Cortes do Meio), Carlos Francisco (Coutada), José Duarte Minhoto (Dominguiso), Enf. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), José Rito Agostinho (Ourondo), Leonor Cristina Adriano Lopes Cipriano (Paul), José do Nascimento Curto Costa (Peraboa), Fernando José Gonçalves Casteleira (Peso), António Manuel Garcia Rebordão (Santa Maria), Fausto Herculano Branco Baptista (S. Jorge da Beira), Dr. Victor Manuel Tomás Ferreira (São Martinho), Victor Manuel Garcia Rebordão (São Pedro), José Rafael Lourenço Ferreira (Sarzedo), Carlos Alberto Matos Mendes (Teixoso), Prof. Doutor António João dos Reis Rodrigues (Unhais da Serra), Arménio Marques Matias (Vale Formoso), João Casteleira Ferreira (Vales do Rio), Armindo Fonseca Geraldês Rosa (Verdelhos) e Dr. João Paulo Gomes Batista Lopes (Vila do Carvalho). -----

Não compareceram os Excelentíssimos **Senhores: Enf. António Mendes Paulo (Erada), Dr. Jorge Manuel Cruz Ramos Silva (Sobral de S. Miguel) e Prof. Doutor Mário Lino Barata Raposo (Tortosendo).** -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente sessão.** -----

PRESENCAS DA CÂMARA

--- Estiveram presentes: o Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores: Prof. João Manuel Proença Esgalhado, Dr. Victor Manuel Pinheiro Pereira, Dr. Luís Manuel Fino Gil Barreiros, Rui Paulo da Silva Rosa, Dr. Pedro Miguel Abreu da Silva, Dr. Pedro Miguel dos Santos Farromba, Prof. Doutor João Carlos Ferreira Correia e a funcionária que apoia a Assembleia Municipal, Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

EXPEDIENTE

- Ofício AM/ S-47/2009, de 2009.12.30, da Assembleia Municipal de Vila do Conde a remeter uma Proposta de Recomendação, que aprovou, no sentido de recomendar ao Governo a convocação de um Referendo para a instituição das cinco Regiões Administrativas;
- Ofício Circ. N.º 27/2010 da ANMP - Associação Nacional dos Municípios Portugueses a dar conhecimento da análise efectuada e aprovada por unanimidade sobre a Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2010;
- Ofício n.º 1876-B/C 2, de 2010.03.02 da Assembleia Municipal de Seia a remeter uma “Moção sobre as acessibilidades IC6, IC7 e IC37”.

**APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS: N.º 03, 04, 05, 01-A E 02-A
DAS SESSÕES DE 15 DE MAIO, 19 DE JUNHO, 17 DE JULHO 31 DE OUTUBRO E 20
DE NOVEMBRO DE 2009**

--- Submetidas as actas, previamente enviadas por fotocópia a todos os membros convocados, à apreciação, como ninguém manifestasse o desejo de se pronunciar sobre as **Actas n.º 03, 04, 05 e 01-A**, foram de seguida postas à votação, tendo sido **aprovadas por maioria, com 04, 08, 11 e 03 abstenções**, respectivamente.

Quanto à **Acta n.º 02-A**, manifestaram-se os Senhores: Dr. Nelson Silva; Prof. Joaquim Matias; Prof. Reis Silva; Dr. Paulo Ferrinho; Dr. Carlos Casteleiro e Dra. Merícia Passos apontando a falta: das intervenções dos Senhores Deputados e dos esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal. Solicitaram que, a mesma, fosse retirada.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, a **Acta n.º 02-A**, será retirada e voltará, após rectificação, na próxima Sessão. -----

INTERVENÇÕES

--- O Senhor Carlos Martins (Conceição) apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento do **Senhor António Duarte Ferrão (doc. 01)**. -----

--- Colocado o Voto de Pesar à votação, foi o mesmo **aprovado por unanimidade**. -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva fez uma Declaração Política (**doc. 02**) e apresentou uma Moção **Construção do IC6 (doc. 03)**. -----

--- A Senhora Dra. Merícia Passos apresentou uma Moção **Acessibilidades Regionais - IC6, IC7 e IC37 (doc. 04)**. -----

--- Submetidas as Moções à apreciação, foram intervenientes os Senhores Deputados Municipais:

- Senhor Dr. Nelson Silva: “Aquilo que, me apraz dizer, relativamente a este assunto e à questão do IC6, é que não se trata de um cancelamento mas de uma suspensão enquadrada naquilo que é o pacto de estabilidade e crescimento, que é um instrumento importante para criar alguma estabilidade financeira no País. E, para que o País possa vir a beneficiar, sob o ponto de vista dos mercados financeiros, de disponibilidades que, de outro modo, poderiam não vir.

O Partido Socialista, contrariamente àquilo que aconteceu com o Governo de Durão Barroso, manteve as Scut's da A23 e da A25 sem portagens.

E, portanto, era o que tinha a dizer em relação a isso. É que relativamente à primeira Moção nos revemos, obviamente, naquilo que é a posição que aqui foi transmitida e, não na segunda”. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou ao Senhor Prof. Reis Silva se considerava a hipótese de integrar as Moções uma na outra. -----

- Senhor Prof. Reis Silva “Como vai no mesmo sentido, da defesa do Interior, em benefício da Rodovia e dos Itinerários Complementares, mas penso que a Moção que apresentei é abrangente, enfim, não faz outros considerandos.

Eu já não quis fazer outros considerandos na própria Moção para evitar, um pouco, o choque e para que fosse possível algum consenso entre nós”. -----

- Senhor João Pinto disse que estão de acordo com as duas Moções e que as irão votar favoravelmente. Mas atendendo a que a sustentação é diferente propôs que fossem votadas em separado. -----

-- Senhor Dr. Miguel Nascimento disse: “Nós, estamos de acordo que se construa a estrada. Precisamos da estrada.

Não estamos de acordo com a suspensão, mas também percebemos a realidade do País.

E também percebemos, uma coisa muito simples, é que a Bancada do PCP teve o cuidado de expurgar certos floreados políticos, para brilhar do ponto de vista político, e fez uma Moção muito clara, muito objectiva e a Bancada do Partido Socialista irá votar a favor dessa Moção.

Revejo-me no conteúdo final da Moção ou da Declaração Moção que a Bancada do PSD apresenta, não me revejo nos floreados. E, portanto, a Bancada do Partido Socialista não votará a favor da Moção do PSD". -----

--- A Senhora Dra. Merícia disse: "Os floreados utilizados nesta Moção foram citações feitas pelo Senhor Primeiro-Ministro e pelo Ministro das Obras Públicas. Ora bem, são palavras, do Ministro e do Primeiro-Ministro, feitas pelo Senhor Primeiro-Ministro que está no Governo. Os floreados são deles.

Realmente é uma Moção.

O Senhor Deputado Municipal acabou de me dizer que o Partido Socialista está de acordo, pois bem estamos todos de acordo. Agora se o atraso é de 6 meses, 6 anos, 10, 20 ou *ad aeternum*, não sabemos. Em 2008 estas obras foram lançadas e nós continuamos à espera". -----

- Colocada, a **Moção "Construção do IC6"**, à votação foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

- Colocada, a **Moção "Acessibilidades Regionais - IC6, IC7 e IC37"**, à votação foi a mesma **aprovada por maioria, com 50 votos a favor (PSD, CDU, BE e CDS-PP) e 10 votos contra (PS)**. -----

Foram feitas Declarações de Voto pelos Senhores Deputados Municipais:

- Prof. Joaquim Matias: "A Bancada do PSD votou favoravelmente as duas Propostas apresentadas. Mas, não podemos deixar de referir que, os Eleitos do Partido Socialista, na Assembleia Municipal da Covilhã, nitidamente em defesa do Governo da Nação, expressaram, aqui, aquilo que não é a vontade do desenvolvimento do Concelho da Covilhã e da Região.

Sabemos que estamos a duas horas de Lisboa e a duas horas do Porto. Sabemos que demoramos mais tempo para Coimbra. E, o nervosismo não existe, aqui. O que nós trazemos aqui é, o nervosismo das pessoas que necessitam destas acessibilidades para Coimbra e que este Governo teima em não fazer.

Votámos, exactamente, estas duas Propostas no sentido de que deve haver, por parte do Governo, a preocupação desta ligação". -----

- Prof. Reis Silva: "Fico contente, de facto, pela unanimidade existente, nesta Assembleia Municipal, quanto à necessidade da obra.

Até porque a posição dos Membros do Partido Socialista, nesta Assembleia Municipal, contraria, e neste caso ainda bem, a vontade que foi do próprio Governo.

Mas, também, chamar a atenção que, em sede do Plano e Orçamento Geral da Republica, era possível e é sempre possível aos Deputados do Distrito, e que não sejam do Distrito, apresentar Propostas de inclusão, nomeadamente, em sede de PIDDAC.

O PCP fez esse trabalho. Penso que os Deputados do PSD, pelo Distrito de Castelo Branco, tinham vontade de o fazer e não o fizeram, porque não apresentaram, as notícias, posso estar enganado, é que foi apresentado à Comissão Parlamentar do PSD que não as incluiu nas Propostas Gerais feitas pelo PSD". -----

- Dr. Miguel Nascimento: "Nós, estamos, como toda a gente percebeu, acho que fui claro, nessa matéria, queremos, naturalmente, a estrada para Coimbra. Acho que essa estrada já devia estar construída há muitos anos, inclusivamente no tempo dos Governos do PSD. Temos muitos anos em atraso.

Estamos de acordo com a Moção que foi apresentada pela Bancada do PCP, uma Moção despida de floreados. E, estamos contra os floreados apresentados pela Bancada do PSD". -----

- Dra. Sara Rodrigues: "Eu acho que, efectivamente, é importante nós sentirmos que cada um dos nossos Municípios quando pensa neste assunto, pensa-o, com toda a certeza, com uma grande carga, também, emocional.

O tal peso de muitos anos de espera, muita expectativa, esperança de que as coisas mudem.

E natural que isto não possa ser dito, simplesmente, com um queremos a estrada! Queremos a estrada porque, ao longo de tantos anos, é isso que nós temos ambicionado.

E nós aqui, enquanto representante da voz de cada uma dessas pessoas, temos que dar voz a isso. Ambicionamos e esperamos que seja uma realidade no mais breve e curto espaço de tempo". -----

--- O Senhor Dr. Carlos Casteleiro fez uma Declaração Política (**doc. 05**). -----

--- O Senhor Dr. Jorge Saraiva apresentou uma Proposta de Consternação, Demonstração de Pesar e Solidariedade para com a População da Região Autónoma da Madeira (**doc. 06**). -----

--- O Senhor Dr. Carlos Casteleiro solidarizou-se com a Proposta do PSD e propôs que o valor das senhas de presença, da presente Sessão, reverta a favor das vítimas da Madeira. -----

--- O Senhor Prof. Joaquim Matias disse que os Eleitos, na Assembleia Municipal, do Partido Social-Democrata já tinham decidido que iriam fazer isso. Pelo que estão "em perfeita sintonia com essa proposta". -----

--- A Senhora D. Isilda Barata solidarizou-se com a Moção apresentada e disse que fazia dela as palavras dos Oradores anteriores e que aceita que o valor da senha de presença reverta a favor da Madeira. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do Senhor Dr. Jorge Saraiva a adenda à Proposta. -----

--- O Senhor Dr. Jorge Saraiva concordou e disse: “como disse o nosso Líder de Bancada, era uma resolução que tinha sido tomada já na reunião preparatória para esta Assembleia. Portanto, não vejo qualquer inconveniente que, a mesma, conste da Proposta”. -----

- Colocada, a **Proposta com a inclusão de que o valor das Senhas de Presença reverta a favor das vítimas da Madeira**, à votação foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

--- A Senhora Dra. Neli Pereira apresentou um Voto de Saudação (**doc. 07**) e uma Recomendação (**doc. 08**). -----

ORDEM DE TRABALHOS

--- Submetida a Ordem de Trabalhos à votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. ----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente um ofício, do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, a informar que procedeu à execução das acções contempladas no Plano de Actividades e Orçamento, e o Mapa de Envio Obrigatório à Direcção Geral do Orçamento que ficam a fazer parte integrante da presente acta, ficando para os efeitos legais arquivado em pasta própria. -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro “O primeiro tema que aqui trago diz respeito a uma situação de funcionamento directo da Câmara Municipal, da sua orgânica de funcionamento, e com a qual fomos surpreendidos no início desta semana, mais concretamente a suspensão dos Pelouros do Senhor Vereador Luís Barreiros e a sua redistribuição. Ora fomos surpreendidos no início... João Esgalhado, peço perdão. Eu peço desculpa ao Senhor Vereador Luís Barreiros, foi um lapso, eu espero que isto não seja um augúrio de que será o próximo. É que de facto, eu explico aos Senhores Deputados da Assembleia Municipal, também o que é que me levou a esta confusão: é que, cinco meses depois das Eleições, a Autarquia e a lista do PSD já teve que recorrer ao primeiro suplente. Bom, e o Senhor Presidente da Câmara vêm-nos dizer que a propósito deste assunto reina a normalidade no Município da Covilhã. Leva-nos a questionar e sentimo-nos, o Partido Socialista sente-se, na legitimidade e na obrigação de questionar, de facto, qual é a situação que se vive, actualmente, na Câmara Municipal e o que é que se passou para esta situação acontecer?”

O Senhor Vereador João Esgalhado está como representante, também, da Câmara Municipal num conjunto de Instituições e portanto gostávamos de ser esclarecidos, em primeiro lugar, o que é que vai acontecer? O Senhor Vereador João Esgalhado vai continuar a representar a Câmara Municipal nessas Instituições, nomeadamente, por exemplo, a Sociedade de Reabilitação Urbana? E, as outras Organizações onde faz representação da Câmara Municipal?

E gostávamos de colocar esta questão ao Senhor Presidente da Câmara que nos explique, à Assembleia Municipal e aos Covilhanenses, de facto, o que é que se passa com este Executivo Municipal?

Tivemos Eleições há cinco meses, o número dois da lista suspendeu funções, já se falou hoje aqui no Dia da Mulher, constatamos com tristeza que a lista do PSD não cumpre as quotas de paridade legalmente atribuídas. Antes, tinham três Mulheres e eu olho para a Bancada de Vereação do PSD, para o Executivo do PSD na Câmara Municipal e só vejo Homens. Gostava, eu acho que era útil para o esclarecimento desta Assembleia e de todos os Covilhanenses, que o Senhor Presidente da Câmara se dignasse a explicar-nos e a dar-nos as suas justificações. O que é que se passa, de facto, com a maioria do PSD e o que é que se passa com o Executivo da Câmara Municipal?

- Outra questão é relativamente à Agência de Turismo da Covilhã, colocaria as questões em dois patamares, uma questão formal e uma questão de conteúdo.

Em relação à questão formal: quero lamentar que, esta Agência de Turismo Municipal, àquilo que nos foi dado a perceber, será uma Empresa Municipal. Queria, primeiro que tudo, lamentar o facto de o Senhor Presidente da Câmara Municipal, e este Executivo do PSD, não ter tido a dignidade de vir anunciar aquilo que é, e eventualmente, uma Instituição fundamental, do ponto de vista do Turismo, que pode vir a constituir-se como fundamental, do ponto de vista do desenvolvimento turístico do Município da Covilhã, não tenha tido a delicadeza de vir apresentar, em primeira instância, na Vereação da Câmara Municipal e à Assembleia Municipal.

Eu recordo que houve Assembleia Municipal no dia 18 de Dezembro e, o Senhor Presidente utilizou, não teve oportunidade, ou não quis ter a oportunidade durante a reunião da Vereação e essa Assembleia Municipal, de anunciar aos Senhores Deputados e aos Senhores Vereadores e veio depois anunciá-lo na Comunicação Social.

Portanto, quanto à questão formal, criticar em 1.º lugar o desrespeito que eu considero ser por este Órgão e por esta Assembleia Municipal. Depois, também, questionar a necessidade de constituir uma Empresa Municipal para tratar das questões turísticas?

Eu questiono se não há condições, do ponto de vista formal, dos quadros da Câmara de criar um Departamento para tratar destes assuntos?

Quanto às questões do conteúdo: Bom, esta Agência Municipal, acho que já toda a gente percebeu que, foi uma resposta à derrota que as pretensões, da Câmara Municipal, tiveram na Guerra que tem contra a Entidade Regional de Turismo, a providência cautelar que interpuseram no Tribunal Administrativo de Castelo Branco foi chumbada. Este anúncio, da Agência Municipal de Turismo da Covilhã, surge dias depois de essa providência cautelar ter sido indeferida. Portanto, percebe-se, claramente, que há aqui uma resposta política, uma tentativa de resposta política, a este assunto e baralha-se para isso aquilo que é a discussão. Aquilo que o Senhor Presidente nos vêm dizer com esta Agência de Turismo é, que a política de Turismo do Concelho da Covilhã falhou, nos últimos anos e, nos últimos anos quem tem estado à frente dos destinos do Município é, de facto, o PSD e esta actual maioria.

Porque, não se baralha, não se confunde aquilo que é o patamar de intervenção turística de uma Agência Municipal de Turismo com aquilo que é o objectivo e o patamar de intervenção de uma Entidade Regional de Turismo. São patamares completamente distintos, são intervenções absolutamente distintas, que não se sobrepõem, por outro lado complementam-se.

Aquilo que eu pergunto, ao Senhor Presidente, é que nos explique o que é que pretende com a Agência de Turismo. Porque, nesse conteúdo, se calhar, terá o apoio do Partido Socialista, se for para criar condições de atractividade e dotar a Cidade de condições de promoção turística, condições de ocupação de espaços, de revitalização de espaços e de programas de turistas, para atrair gente à Covilhã, para trazer pessoas de fora, à Covilhã, e agradarem-se com a estadia dentro da Covilhã.

De outra forma, não nos parece que seja útil e, aliás, será completamente utópico e absurdo que se tenha a ideia ou que se tente vender esta Agencia de Turismo com o objectivo, se tente fazer desta Agencia de Turismo, a panaceia para todos os males. E, mais, se tenha a ambição de tentar vender como um destino turístico autónomo de todos os Concelhos à sua volta, nomeadamente, da Região inserida da Serra da Estrela.

Do nosso ponto de vista, Senhor Presidente, o Partido Socialista está muito interessado nessa discussão das condições e da qualidade do turismo da Covilhã. Do nosso ponto de vista é essa a discussão que é importante ter. E, eu pedia e é a pergunta que deixo, ao Senhor Presidente, que nos esclareça qual é, de facto, então o seu objectivo e qual é o objectivo desta maioria, com esta Agencia Municipal de Turismo, se é um pouco mais do que esta resposta política à providência cautelar “. -----

--- O Senhor Dr. Marco Gabriel referiu-se à Posição Pública do PCP sobre o Mercado Municipal (**doc. 9**). -----

--- A Senhora D. Isilda Barata referiu-se às mudanças no Executivo (**doc. 10**). -----

--- O Senhor Francisco Moreira referiu-se ao PEC e à acção do Governo do Partido Socialista para com as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia (**doc. 11**). -----

- O senhor Dr. Paulo Ferrinho pediu esclarecimentos: “Que a Mesa me traduza, neste discurso, qual foi a pergunta feita ao Senhor Presidente da Câmara e a outra pergunta que coloco é: se foi o Senhor Presidente da Câmara que fez o Plano de Estabilidade e Crescimento para o País? Porque não ouvi qualquer pergunta direccionada à Câmara”. ---

- O Senhor Dr. Miguel Nascimento pediu esclarecimentos: “Oh Senhor Deputado Municipal, eu peço desculpa por este pedido de esclarecimento, fiquei baralhado, fiquei baralhado pelo seu tom sindicalista, na Bancada do PSD! Mas eu sou muito sucinto, embora o seu tom *hollywoodesco* seja interessante, só lhe quero fazer uma pergunta e a pergunta é esta: se o PSD votar o PEC o que é que o Senhor faz? Demite-se da Assembleia Municipal?” -----

- O Senhor Francisco Moreira respondeu: “O PSD tem vindo a ter um posicionamento de elevado sentido de responsabilidade para com os problemas do País, mas esse não é motivo impeditivo para que nos fóruns próprios de intervenção, e este é um fórum privilegiado, não tome posições reais que resultam, de factos, do comportamento que o

Governo tem vindo a revelar, ao longo dos últimos meses, nomeadamente o seu discurso antes das últimas eleições e o discurso pós eleições.

A mentira vagueia nos corredores do poder e estes fóruns serão sempre, independentemente das posições partidárias, aproveitados, por nós, para fazer a denúncia daquilo que mais aflige as Populações do nosso País". -----

- O Senhor Prof. Joaquim Matias: "Eu só queria dizer ao Senhor Deputado Dr. Miguel Nascimento que, no Partido Social-Democrata, há democracia, há expressão livre e que o Senhor Deputado Municipal tem todo o direito de, neste fórum, expressar a sua posição em relação à matéria em apresso.

Se, eventualmente, houvesse no PSD aquilo que existe, da disciplina, no Partido Socialista se calhar não estávamos cá nenhuns. Íamos todos embora! -----

- O Senhor Dr. Nelson Silva: "Eu não sei se, o Senhor Deputado Joaquim Matias, se estava a referir à Bancada do PS, em relação em sair, irem todos embora, se era à do PSD, nomeadamente à Câmara Municipal.

Em relação à intervenção, do Senhor Deputado Moreira, faço-lhe duas perguntas muito concretas: Qual é que foi o aumento de impostos, proposto pelo PEC? Diz que se esqueceram as Empresas, já tive oportunidade de aqui referir e volto a dizê-lo, o IRC não foi mexido e o IVA, que é um dos impostos cego, que tem um efeito muito forte sobre aquilo que é a actividade das Empresas, também não foi alterado.

Por outro lado não sei se o Senhor sabe, sequer, o que é uma recessão técnica, para dizer que o País está em recessão técnica. Porque, provavelmente, será então o único economista, do País e da Europa, que sabe o que é uma recessão técnica.

É que eu ainda não vi recessão técnica em lado nenhum. E, portanto, gostava que, sobre esse assunto, o Senhor tivesse um bocadinho de cuidado nas expressões e na forma como diz as coisas. Porque, obviamente, tem todo o direito de colocar as questões e de fazer as suas intervenções, mas deveria ser um bocadinho mais preciso naquilo que diz. E, portanto, sobre este assunto do PEC é importante não esquecermos o enquadramento do País em 2008, ao nível Europeu e ao nível Mundial, e em 2009 e em 2010, porque o Mundo mudou. Se para o Senhor Deputado Moreira tudo se mantém como estava anteriormente, pois bem... é um problema do Senhor. Eu não sei se percebeu que o Mundo mudou, o Mundo financeiro mudou, o Mundo económico mudou e todos os Países que não perceberem isto, eventualmente, poderão ter problemas muito graves no futuro sobre o ponto de vista da sua sustentabilidade económica e sobretudo social". -----

- O senhor Francisco Moreira: "Em primeiro lugar na intervenção que produzi fiz, na parte final, uma pergunta concreta, que foi esta: se, a acção das Câmaras Municipais, é sentida uma maior dificuldade, ou não, pela acção que o Governo tem vindo a desenvolver?

Depois dizer-lhe, Senhor Deputado Miguel, que fui sindicalista durante mais de 25 anos, trabalhei, durante esse período, ao lado de Trabalhadores Socialistas, Sociais-Democratas, Comunistas e da FEC-ML, durante muitos anos. Presidi aos destinos do maior Sindicato Nacional deste País, fui membro do Conselho Nacional da CGTP, não percebo porque é que, o Senhor Deputado, trás isto à coação logo após eu ter produzido esta intervenção. Fiz este caminho e tenho muito orgulho no percurso que fiz e estou aqui para as curvas, quero-lhe dizer. Quanto ao aumento dos impostos a pergunta que eu faço é se o congelamento de salários e pensões e a redução dos apoios sociais, não se

traduz, na prática, num aumento de impostos directos. Outra questão é a da recessão técnica, foi o próprio Primeiro-Ministro que, antes das últimas Eleições, disse que o País já não estava em recessão técnica, que até havia uma folga orçamental e agora vêm assumir que, de facto, o País, para justificar o PEC, se encontra numa situação de recessão técnica.

Quanto às argumentações, Senhor Deputado Nelson, também lhe quero dizer que esta mesma argumentação, do Governo, foi produzida em 2005 exigindo sacrifícios aos Trabalhadores, ao Povo Português, esses sacrifícios foram feitos. Agora, a pergunta que hoje fazemos é para que foram e para onde foram esses sacrifícios?” -----

--- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira referiu-se ao aumento do preço da água fazendo uma apresentação em PowerPoint e apresentou um Requerimento (**doc. 12**). -----

- O Senhor Prof. Reis Silva colocou uma questão: “Oh Senhor Deputado, o PCP há quinze dias, por aí, verificou e detectou, porque a Câmara Municipal, como sabe, ao contrário de outros aumentos que o Senhor Deputado apresentou, informava os clientes. Havia esse cuidado, desta vez não houve essa informação e detectamos e verificámos que os aumentos aconteceram, na factura. Depois veio o Senhor Presidente da Câmara a dizer que era uma aldrabice do PCP. Na sua opinião, e é a pergunta que lhe faço, afinal de contas quem é o aldrabão?” -----

- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira: “Para responder à sua questão, sem adjectivar qualquer tipo de Declarações, tenho aqui o tarifário em vigor, de 2009 e tenho aqui o tarifário em vigor de 2010, ele é público, está *on line*, qualquer pessoa pode aceder a ele e posso-lhe dizer que se as declarações proferidas, pelo Senhor Presidente, foram realmente essas, ele eventualmente incorreu numa inverdade”. -----

- O Senhor João Pinto pediu esclarecimento: “Tendo em atenção que, o Senhor, coloca aqui uma questão sobre as tarifas e os aumentos que tem havido gostava que me falasse sobre uma entrevista dada pelo Senhor Presidente das Águas de Portugal, Eng. Pedro Serra, onde dizia “para que o preço de custo fosse tido em atenção para efeitos de venda” e, também (isto é um ponto importante para as Bancadas que estão aqui, para o PS e especialmente para o PCP), que as Águas de Portugal, provavelmente, irão entrar num caminho de privatização?” -----

- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira: “Pessoalmente sou contra a privatização das Águas de Portugal. Não concordo que um bem essencial seja privatizado e, portanto, nesse aspecto sou contra.

Relativamente às questões concretas, do Eng.º Pedro Serra e dos custos de produção e de transporte da água e do tratamento de afluentes, não estou nas Águas da Covilhã para lhe poder dizer quais é que são os custos que eles têm, eventualmente, se o Senhor Presidente estiver à vontade para me dar esses elementos eu próprio os estudarei e poderei trazer-lhe uma resposta concreta relativamente a essas questões. Acho que o mais importante não é discutirmos Águas de Portugal, Águas da Covilhã alienada, ou melhor SMAS públicos. Neste momento, aquilo que temos que discutir é aquilo que os Covilhanenses têm e aquilo que os Covilhanenses têm é uma evolução de tarifário que se cifra naqueles valores.

Tenho quase a certeza absoluta que os custos da Empresa Águas da Covilhã não aumentou na componente de tratamentos de resíduos líquidos em 600 e tal por cento, como vinha ali referido, Caro Deputado.

A situação aqui é muito simples, é que são aumentos mesmo bastante elevados, não acontece no caso da água, mas no caso do tratamento dos resíduos sólidos e de afluentes e da taxa de conservação de esgotos, esses aumentos são mesmo muito significativos o que nos leva a questionar a opção que foi seguida pela Câmara Municipal da alienação ou da concessão às Águas da Serra e posterior alienação das Águas da Covilhã". -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva disse que: "mais uma vez o Senhor Presidente da Câmara Municipal não nos dá a informação escrita sobre a actividade municipal". Colocou, de seguida, algumas questões (**doc. 13**). -----

--- O Senhor Dr. Paulo Ferrinho: "Querida, neste ponto, fazer algumas questões directas, ao Senhor Presidente da Câmara, para ver se, definitivamente, esclarecemos o assunto. Começar por enaltecer, à semelhança da Deputada do Bloco de Esquerda, a questão do Dia Internacional da Mulher.

Eu gostaria de fazer a 1.ª pergunta ao Senhor Presidente: Porque é que as Mulheres, Candidatas do PSD, todas desistem de pertencer, efectivamente, à Câmara e sendo imediatamente substituídas sem qualquer tipo de razão, pelo menos plausível, a explicar a todos os elementos do Concelho sobretudo aos Eleitores do PSD? Porque é que votaram nas pessoas que estavam, sobretudo na Prof. Filomena, na Dra. Sara, na Prof. Isabel Fael, e teimosamente esses elementos da Lista do PSD se resignam a não assumir o seu lugar de pleno direito, porque foram eleitas para tal e, portanto, têm todo o direito de exercer, sobretudo com palavras tão líquidas e lineares como a Dra. Sara, há bocado, disse na defesa intransigente dos Municípios, que o podia fazer diariamente ao serviço da Câmara Municipal onde eu me revia, obviamente.

Portanto a 1.ª pergunta é, porque é que a Prof. Filomena, a Dra. Sara e a Prof. Isabel Fael, quais são os motivos ponderosos que as levaram a desistir, dos seus Mandatos, para que entrasse o 10.º da Lista? Nomeadamente o Dr. Pedro Farromba, já nos conhecemos há bastantes anos e desejei-lhe um profícuo trabalho na Câmara.

Outra questão que eu queria colocar e, sobretudo, é uma questão de ir mais ao pormenor. Aflorou-se aqui a questão do Prof. João Esgalhado, a sua saída intempestiva e de uma forma um pouco nebulosa e, para não haver D. Sebastianismo na Covilhã, eu gostava de perceber uma coisa: se de facto, ou não, o Senhor João Esgalhado, o Senhor Vereador João Esgalhado saiu da Vereação porque tem diferenças inultrapassáveis quanto à gestão urbanística feita pelo Senhor Carlos Pinto na Presidência da Câmara?

Se é verdade, se é mentira, como diz o Povo desta Cidade e basta estar um pouco atento, se tem a ver com umas obras, alguns licenciamentos de obras que ficam na franja da legalidade, como já foi alertado pelo IGAT num relatório em 2007?

E, também, existem algumas queixas e denúncias, nomeadamente, estou-me a recordar de uma, da Direcção Regional da Agricultura, relativamente a uma edificação da sua própria residência. Portanto, nós gostávamos de ver esclarecido, para que não haja este *sururu* permanente na Cidade em que o Senhor Presidente da Câmara põe e dispõe sobre toda a gestão urbanística, tendo os Senhores Vereadores apenas o beneplácito e uma única palavra que lhe conheço, no vocabulário desses Senhores Vereadores, que é:

Sim Senhor Presidente!

Portanto, a questão importante, também, para finalizar, é saber relativamente a uma questão que é importante, como é que está o PDM? Se toda a gente soube, pelo menos há ano e meio, que foi chumbado em Coimbra, portanto como é que está o PDM?

Se esse PDM, ou não, vai avançar? Se esse PDM, ou não, vai ser colocado à discussão pública, previamente, para que todos os Cidadãos da Cidade e sobretudo aqui na Assembleia Municipal possamos, também, com o nosso contributo (de grande limitação intelectual, na qual eu me reconheço) pelo menos, ajudar o Senhor Presidente a tentar vislumbrar um caminho novo, para a gestão dos solos na Covilhã e por último saúdo todos os Membros desta Assembleia Municipal sobretudo aqueles que têm uma paciência divina sobre a condução dos trabalhos nesta casa”. -----

- O Senhor Prof. Joaquim Matias: “Eu só espero que, o Senhor Deputado Paulo Ferrinho, não confunda a sua actividade profissional e que a traga para este fórum para fazer determinadas questões, em primeiro lugar. Em segundo, gostava de perguntar ao Senhor Deputado Paulo Ferrinho se, eventualmente, algum Deputado; algum Eleito; algum Eleitor; algum Militante; algum Simpatizante ou algum Cidadão anónimo, deste Concelho, informou ou perguntou, ao Senhor Paulo Ferrinho, porque é que os Eleitos do PSD, na Câmara Municipal da Covilhã, saíram?

A nós ninguém tem que nos esclarecer! Não perguntámos nada! Nós, não perguntámos nada! Confiamos na liderança! Confiamos na Equipe! Portanto, não perguntámos nada nem queremos perguntar nada!

Até porque se tivéssemos que tirar algumas ilações e lições, deste comportamento, teríamos que voltar ao passado, nas Câmaras do Partido Socialista, não aprendemos nada com eles, de facto.

Eu só queria perguntar ao Senhor Deputado se, eventualmente, é capaz de nos informar, porque na altura nós também não perguntámos, porque é que do Partido Socialista foram feitas eleições: quer para a Assembleia da Republica e depois desapareceram; quer para a Câmara Municipal da Covilhã e depois desapareceram? Se pode informar porque é que desapareceram, porque nós na altura não perguntámos nada! Era um problema do foro do Partido Socialista!” -----

- O Senhor Dr. Paulo Ferrinho: “Eu nunca, jamais, e pode sublinhar isso, confundirei o que é a minha actividade profissional com o exercício de Deputado Municipal! E vou-lhe dizer porquê. Porque, eu, tenho uma idoneidade e uma hombridade que se calhar você não chega lá.

Aquilo que eu coloquei, ao Senhor Presidente da Câmara, foi aquilo que tem vindo reflectido nos órgãos da Imprensa Regional. Toda a gente que lê a Imprensa Regional sabe. E, sobretudo, os últimos dois anos que vem sido a florada a questão da gestão urbanística na Covilhã e, são públicos! Não tem nada a ver com o exercício da minha profissão. Tem apenas, e só, a ver com o esclarecimento que nunca foi feito em sede da Assembleia Municipal.

E outra questão que era importante: a questão do PDM e a gestão dos solos desta Cidade; a questão do Senhor Presidente da Câmara assumir, ele próprio, a gestão urbanística em detrimento de um Senhor Vereador que estava lá há doze anos, que tinha uma experiencia e acompanhava de muito perto esta questão urbanística.

Dá para fazer qualquer leitura política, leitura política! E não, leitura, de qualquer teor”. ----

- O Senhor Fausto Baptista perguntou ao Senhor Deputado, Dr. Paulo Ferrinho, se já procurou saber porque é que os Membros das Listas do Partido Socialista, candidatos à Junta de Freguesia de S. Jorge da Beira, abdicaram do lugar sem sequer terem tomado posse. -----

- O Senhor Dr. Paulo Ferrinho respondeu: “Desconheço, completamente!” -----

--- O Senhor Fausto Baptista (S. Jorge da Beira) referiu-se ao apoio e respeito da Câmara Municipal para com as Juntas de Freguesia e os seus Presidentes (**doc. 14**). -----

--- O Senhor Dr. Nelson Silva: “em nome pessoal, obviamente, desejar as maiores felicidades ao Pedro Farromba no desempenho das suas funções. É um amigo de longa data, de muitos anos, ao qual reconheço competência e muita capacidade e portanto que tudo corra pelo melhor, são esses os meus votos, muito sinceros.

Queria referir e voltar a insistir que este documento, mais uma vez, fere aquilo que eu considero ser a Lei. Fere porque, relativamente àquilo que é a situação financeira do Município, apenas nos indica o endividamento líquido Municipal que, como aqui disse o Deputado do PCP e bem, demonstra uma diminuição da capacidade de endividamento Municipal. Para quem tem acompanhado a evolução ao longo destes últimos tempos não é uma situação que seja, pelo menos para mim, uma surpresa. Ela continuará a diminuir em função daquilo que são os encargos que a Câmara, neste momento, está a assumir. Mas gostaria, obviamente, para perceber realmente qual é a situação financeira do Município, que nos fosse dito alguma coisa relativamente àquilo que é o limite geral dos empréstimos para analisarmos a situação financeira da Câmara Municipal, como é que está o endividamento versus evolução das receitas e a evolução das contas de fornecedores versus receitas.

Relativamente à actividade do Município (e, obviamente, que a Lei assim o determina precisamente para preservar o Estatuto da Oposição) é de que seja disponibilizada, à Oposição, uma informação escrita sobre a actividade de forma a que se possa aqui vir questionar aquilo que é a intervenção ou, aquilo que tem sido a actividade do Município. Queremos que nos seja dada a indicação por escrito, sinteticamente, daquilo que foi a evolução da actividade do Município, nestes últimos tempos, para que venhamos documentados para colocar as questões em cima da mesa e não desta forma.

São questões pertinentes, sob o nosso ponto de vista, e relevantes para a actividade do Município e para o interesse dos Cidadãos que aqui são colocadas, mas a Lei determina que seja feito desta maneira. E, era esse apelo que eu queria fazer, ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para que isto fosse respeitado e não continuemos com esta situação que se repete Assembleia atrás de Assembleia, inclusive, e volto aqui a referir que, desde o dia 15 de Novembro de 2009, solicitámos por escrito, em carta endereçada ao Senhor Presidente, que fosse efectuada uma reunião com os Representantes dos vários Grupos para revermos a questão do Regimento e até agora nada foi feito. Na última Assembleia Municipal tive oportunidade de questionar o Senhor Victor Rebordão, Presidente nessa última Assembleia, que me disse que, efectivamente, era um assunto que iria ser abordado e iria ser tratado rapidamente. Portanto, aqui estamos nós praticamente cinco meses depois sem nada ter evoluído. Até porque há aqui um conjunto de questões que para nós até ferem a Lei, portanto têm que ser revistas, há questões que têm que ver com a defesa da honra, que é dúbia e que ninguém percebe muito bem; é a

questão das Convocatórias, como esta que foi feita, sem a Ordem de Trabalhos, que foi entregue aos Deputados Municipais, ou a entrega de documentos, na semana da Assembleia que praticamente não dá tempo para análise, ou mesmo a das actas que chegam dois dias antes, por email, para serem verificadas e, portanto, isto já sem falar naquilo que é a condução dos trabalhos relativamente ao PAOD, ou aquilo que é a condição que têm os representantes das diversas Bancadas quando querem fazer interpolações à Mesa ou quando querem intervir na Assembleia Municipal. Achamos que estas situações têm que ser revistas.

E, concluindo, aquilo que quero pedir ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e ao Senhor Presidente da Câmara é que nas suas intervenções futuras esta questão seja respeitada como a Lei o determina e que nos seja remetido de forma sintética, obviamente, aquilo que é a Actividade do Município, nestes últimos tempos, e que nos sejam dados, dados concretos, relativamente à evolução da situação financeira do Município, que não é este documento apenas de endividamento liquido Municipal.

Deixei aqui a questão do limite geral dos empréstimos, o endividamento versus receitas e de fornecedores versus receitas. Isso, sim, para aferirmos qual é a real situação do Município e não este rácio que nos aqui é colocado”. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal: “Já agora aproveitava para esclarecer o Senhor Deputado acerca de dois aspectos: a Convocatória não terá que levar obrigatoriamente a Ordem de Trabalhos. Foi feita, a Convocatória e a Ordem de Trabalhos, foram ambas feitas, em tempo útil para o Senhor vir à Assembleia (é para o Senhor ficar esclarecido). Talvez desconhecesse, mas a Convocatória, para a Assembleia é um momento e a Ordem de Trabalhos é outro. Portanto, penso que vai ficar esclarecido. Relativamente aos documentos que a Câmara envia: a Câmara envia os documentos que entende que deve enviar, à Assembleia.

E, o Senhor tem o uso da palavra para fazer perguntas; para interpolar, a Câmara; para fazer recomendações, tal como fez.

Portanto, não vai exigir ao Senhor Presidente da Assembleia que vá exigir. O Senhor Presidente da Assembleia pede, à Câmara, os documentos que a Lei exige. O Senhor Presidente da Câmara envia, para a Assembleia, os documentos que entende. Penso que fica esclarecido”. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse: “Muito obrigado pelas questões que aqui trouxeram, que me permitem continuar a dispensar a Informação Escrita, sobre matérias que, naturalmente, nunca teriam a precisão, o rigor e a diversidade que têm as questões, aqui colocadas, e as respostas que procurarei dar, de forma exhaustiva.

Aliás, quando alguns invocam a necessidade de documentos, a necessidade de informação escrita, eu saúdo a vinda desta documentalidade discursiva.

Porque quando passaram pela Câmara (foi o último teste, dos Covilhanenses, à vossa solidez enquanto Grupo Político) nenhum Orçamento Municipal foi aprovado, a tempo e horas, e submetido à Assembleia Municipal a tempo e horas! Já para não falar nas Contas de Exercício que, algumas delas, quando regresssei à Câmara tive que as eu aprovar e submeter ao Tribunal de Contas. De modo que eu saúdo essa reconversão, justamente, a este princípio do formalismo e da submissão dos documentos, pelo menos os essenciais. Como sabem, sou daqueles que interpreta, a Assembleia Municipal, não como uma espécie de Loja do Cidadão mas, como um Fórum de debate de ideias, de

teses, de conceitos e de perspectivas. Sobretudo, usando o suporte documental mas essencialmente o diálogo vivo e aberto!

- O Mercado Municipal: disse-o aqui que estava em discussão pública, desde o primeiro momento em que a Câmara produziu a intenção de localizar, construir uma nova estrutura, encontrar uma nova estrutura.

E, vale a pena recordar (porque, certamente, há muitos que falam do Mercado e, já há muito tempo que, não vão ao Mercado), qual era a situação antes da ocupação, do último piso, pela Empresa que se encontra ali a trabalhar?

Um terço estacionamento; um terço venda de frescos, carnes e peixe que estavam no exterior, que estão no exterior, ainda; um terço vago, umas lojas (que a Câmara montou, pretendendo ter, ali, uma compensação ao Mercado Ambulante) que, praticamente, estavam todas desactivadas.

O Mercado tem problemas que são comuns a edifícios com sessenta anos!

Quando se olha para um edifício que, num total de 92 horas potencialmente utilizado, durante a semana, falando nas horas do dia, é utilizado 30 horas, de segunda a sábado. Nós sabemos que, praticamente, o Mercado tem 5.^a, 6.^a e sábado, das 7h30 à uma da tarde, a partir do meio dia já pouca gente há. Compreende-se, facilmente, que estamos perante uma ficção do Mercado, com todo o respeito por aqueles que ali exercem a sua actividade. Agora, alguém acha que estamos em tempos de ter esta situação?

Das duas uma, ou nos conformamos com a situação, do Mercado, e nos interrogamos porque é que isto acontece e, acontece porque todos sabem a realidade. Porque mudou muito o perfil de abastecimento público, com as novas superfícies com variedade.

Porque, de facto, o Mercado não tem condições nenhuma de localização. Enquanto que as pessoas traziam os víveres e os abastecimentos de carroça, puxada a bois, nos anos cinquenta, hoje é tudo através da motorização.

Os Senhores falam de uma ficção! Há aqui intervenções que não é de gente que esteja na Covilhã, só pode ser!

Com todo o respeito pelo edifício eu pergunto-vos se não se indignam dos Correios terem o edifício à venda, onde antigamente eram os Correios; da sede do Banco de Portugal ser um restaurante; da PSP já não ser a PSP e do BNU ser Museu?

É o conteúdo que está em causa? É o edifício que é preciso preservar?

Mas o edifício está lá, conservado na sua externalidade histórica!

O que é que nós queremos fazer?

Queremos ser realistas e com o realismo de quem governa, uma Cidade, com os pés assentes na terra, perguntando se há ou não uma zona de abastecimento público e, há ou não possibilidades de transformarmos esse Mercado numa estrutura efectiva de ajuda a quem produz.

Porque quem vem aqui defender a continuidade do Mercado, está a dizer que não quer Mercado na Covilhã! Quer uma coisa saudosista com meia dúzia de pessoas, que estejam lá mas que a pouco e pouco vão abandonando.

São os próprios Comerciantes que dizem: se fosse lá em baixo junto às estruturas comerciais que existem. Nós estamos aqui perante uma situação que diz o seguinte: é que não queremos que se acabe o Mercado Municipal na Covilhã e por isso temos que construir um Novo. Já lhes demonstrei que o actual não tem condições para isso.

Onde é que põem as viaturas? Não tem condições para isso!

Por outro lado, não ouvi aqui uma referência a 340 pessoas, é flutuante e há quem fale em 400, que neste momento estão no Centro da Cidade a trabalhar!

Quem fala tanto de trabalhadores; quem fala tanto de obreirismo; como é que pode esquecer o trabalho de centenas de pessoas que ali vão buscar cerca de 550, 600, aquilo que for, que é pago? E com o pedido da Empresa para que libertemos o outro piso para um potencial crescimento de mais 500 pessoas.

Essas são as realidades que, naturalmente, acho que deviam ser tidas em conta.

E, como sabem, também, quando aqui falei desta matéria, pela primeira vez, informei que nós tínhamos feito tudo para evitar a construção de um novo edifício, negociações com o Proprietário da Garagem de S. João, negociações com o Proprietário da Nova Penteação, porque preferiríamos que a solução fosse encontrada no quadro dos edifícios existentes. Infelizmente, só a boa vontade não chega! Só o voluntarismo não chega!

Avançámos para uma proposta sobre a qual estamos a fazer estudos, que hão-de vir à Assembleia Municipal, com o respectivo estudo projecto, com o respectivo espaço de compatibilização entre zona de venda de víveres, de frescos, de peixe, de carne, aumentado em cerca de 30% ou 40%, zona de estacionamento e zona de mercado em simultâneo, com condições melhores do que aquelas que existem hoje.

Portanto, a discussão continua!

E nem percebi sequer algumas afirmações nos últimos tempos sobre a decisão da Câmara e que não gosta da decisão democrática. Então o que é que estamos a fazer? Quando eu digo as minhas opiniões, quando os Senhores dizem as vossas opiniões e quando ainda não há concursos, nem há empreitada, nem há construção o que é que estamos a fazer? Agora quando os Senhores se agarram ao edifício, principalmente, o Partido Socialista, que é um Partido que anda a reboque dos acontecimentos. Hoje, já não fala no silo auto, que está construído na Praça do Município; já deixou o tema da Ponte para os Penedos Altos e há-de deixar o tema do Mercado Municipal, se Deus nos der vida e saúde. Há-de deixar tudo isso e há-de conformar-se com a situação, pela positiva. De modo que, em relação ao Mercado, continuamos abertos. Descubram a solução, melhor do que esta que a Câmara está a propor! Descubram!

Já sei que para os Senhores Deputados é a continuidade onde estamos. Agora digam-me onde é que metem os carros? Digam-me onde é que retiram a peixaria que está no exterior, que é um caso que, inclusive, devia envergonhar os patrimonialistas porque está encostada a uma Muralha da Cidade. Não vos preocupa isso? Que a peixaria esteja encostada à Muralha da Cidade? Falam em Património, vertem lágrimas a propósito disso e não vos preocupa?

- Agência de Turismo há-de vir aqui para ser aprovada, como manda a Lei (dá ideia que, os Senhores, de vez em quando exercitam, em cada Assembleia, um atestado de ignorância à Câmara). É evidente que, a integração da Câmara, em qualquer Entidade tem que ser submetida à Assembleia Municipal!

O que se passa é o seguinte: o Partido Socialista protege um seu apaniguado, é natural. Os Senhores não falam de uma acção fantástica da Região de Turismo. Digo mais, se não fosse para proteger interesses de grupo não existia o Pólo Turístico da Serra da Estrela, se não fossem as relações com o Presidente do Instituto de Turismo de Portugal e o PS estar no poder, o que existia era uma Região Centro, que eu não defendo.

O fundo da questão é que, os Senhores defenderam-na porque o titular era do Partido Socialista, com boas relações e essa é que é a questão.

Agora, os Senhores não vêm aqui trazer a arte e a criatividade da Região de Turismo, as estatísticas, aquilo que efectivamente foi feito, aquilo que toca as Famílias, as exteriores à Covilhã e as da Covilhã, sobre a actividade turística da Região. Qual é?

É por isso é que nós estamos a falar de Turismo, porque precisamos de alterar esse estado de coisas.

De maneira que os Senhores têm uma lógica grupal, que lhes fica bem, para a lógica interna mas que para o exterior não colhe.

Quando Agências de Viagens, Empresas Hoteleiras aderem a esta iniciativa, fazem-no porquê? Porque vêem interesse, porque não estão servidos pela actual Região de Turismo!

E, é de uma mesquinhez atroz trazer aqui problemas, como a da abordagem, quanto à Providência Cautelar.

Para além da golpada de constituição da Assembleia, uma verdadeira golpada, e nós rebelámo-nos contra isso, como é que é possível Entidades de toda a Região de Turismo não estarem representadas, na Assembleia, e estarem lá aqueles que previamente foram testados, se estavam ou não com o Senhor Presidente?

Virá aqui o pedido de integração da Câmara na Associação, não é nada Empresa Municipal. É uma Associação, é essa a base jurídica!

E, virá aqui para essa integração e não tem custos, neste momento, poderá ter um técnico que venha a ser recrutado. Portanto, é uma Associação que vai procurar fazer, justamente, o que não estava a ser feito até agora.

- Houve uma alteração de mudança de Pelouros, na Câmara, por vontade do Senhor Vereador que entendeu por os Pelouros à disposição e eu aceitei essa disponibilidade! Mas qual é o tipo de confusão, para além da especulação? É para atirar o barro à parede a ver se há outras coisas? Enganam-se! As mudanças nas equipas são a coisa mais natural do Mundo.

Agora, se os Senhores estão a pensar que o sentido, a liderança e o caminho, com que esta Câmara sempre habituou os Covilhanenses é alterada... nem uma virgula, nem um átomo, tirem daí o sentido e não alimentem muito os blogs e outras maledicências instituídas, porque isso não adianta muito!

Há coisas de que nós não podemos fugir: a pele e a sombra! Nem os Senhores fogem disso, nem nós!

Aquilo a que habituámos os Covilhanenses é de direcção e é de projectos! Uma vez servidos por umas pessoas, outra vez por outras! É esta a normalidade que está instituída na Câmara!

Que o Senhor Vereador, ao fim de 12 anos, fez um trabalho notável. Fez um trabalho notável! Deixou esse trabalho, continua na Câmara sem problema nenhum. Já os Senhores tinham feito isso, de outra vez, com outro Vereador, pensando que por aí vinham brechas, desenganem-se disso! Por aí não levam nada!

Talvez tenham que reflectir é noutras realidades, mais próprias do Grupo Político a que pertencem!

- Eu não respondo ao Senhor Deputado Ferrinho, porque o que trouxe aqui é a trica de café e isto aqui não é nenhum café!

E, confirmo-lhe, também, aquilo que há pouco o Senhor Deputado Matias insinuou!

Eu, não sei se estava a ouvir um Deputado se estava a ouvir um Agente da PJ. Com toda a franqueza lho digo!

Quem anda à chuva molha-se! Não pense que tem aqui anteparos, tal como eu não tenho, porque aquilo que o Senhor trouxe, aqui, foi questões que ultrapassam a questão política! Não sei se está a perceber!? As insinuações, o papel celofane das referências, não têm a ver com a sua posição de Deputado!

De maneira que, quem anda à chuva molha-se!

E, portanto, era bom que tivesse atenção quando, o Senhor, fala sobre aspectos, que revelam até, desculpem-me a expressão, alguma ignorância.

O Senhor sabe, perfeitamente, que há a figura da inspecção, há a figura do inquérito e há as outras figuras subsequentes, se daí resultar alguma coisa, e há os direitos e há os deveres e nós vivemos num estado de direito. De maneira que, me choca, a propósito de uma inspecção, a propósito da opinião jurídica formal de um inspector, da contestação e da interpretação, que há-de ser feita em diversos níveis, se venha aqui especular.

O Senhor acha que se seguíssemos a sua linha não estávamos aqui a discutir tudo o que é a colecção de casos que vão sendo abordados semanalmente? Sobre o Governo? Sobre o vosso Governo, o Governo do País, preenchido pelo Partido Socialista?

Alguma vez, o Senhor, propôs uma discussão sobre a Cova da Beira? Sobre o aterro? Porque está na sede de julgamento, não está em inquérito, como estão as inspecções normais que saem do IGAT.

Portanto, quem não quer ser lobo não lhe veste a pele!

E, a trica de café: se o Senhor Vereador não sei quê, relacionado com não sei quê.

O Senhor Vereador não está relacionado com nada! Nem ninguém na Câmara está relacionado com nada!

E todos os actos que nós praticámos, mesmo alguns que possam ser, neste momento, objecto de análise em sede de seja do que for, voltaríamos a praticá-los! Porque na altura própria, cá estaremos com os argumentos de sustentabilidade jurídica para demonstrar. Não pense, o Senhor, que vem aqui arvorar uma espécie de ameaça ou de conhecimento de coisas que o comum dos Cidadãos não conhece. Porque, o Senhor, não sabe mais do que aqueles que sabem, mesmo pensando que sabe mais!

Porque felizmente neste País, há Polícias, há ministério Público e há Decisores Judiciais e há Juizes. A segurança dos Cidadãos repousa neste tríptico. Não repousa só num. Portanto, não há nenhum que meta medo a ninguém!

É bom que se dissesse isto e que se diga isto para o Senhor perceber como o Senhor Vereador João Esgalhado dorme tranquilo, todos dormimos tranquilos. Eu pelo menos durmo e ele também diz que dorme!

O Senhor também revela algum desconhecimento do que se passa na Câmara, porque não há nenhum PDM em aprovação! O PDM foi aprovado em 1999! Há um PDM, em revisão interna, que há-de ser submetido, oportunamente, aos Órgãos competentes a esse propósito.

- O Senhor Dr. Carlos Casteleiro fica estranho que seja dito: por razões orçamentais e orientações oriundas do Governo? Então o Senhor não sabe da tutela financeira a que as Câmaras estão submetidas? Então o Senhor não sabe que consta do PEC que as Câmaras não podem ir além do endividamento zero? Então o Senhor não sabe tudo isso? O Senhor não queria que houvesse repercussão em cadeia das decisões que tomam num País centralizado? O Senhor acha que o Governo anunciava, às 9 da noite de segunda-feira, que corta, que corta e que corta e aqui, nas Câmaras, nas Associações, em todo o lado: aumenta, aumenta, aumenta!!!

Não sei qual é a sua preocupação em que o Senhor Vereador tenha dito nada mais do que a verdade?!

É obvio que nós não deixaremos de apoiar, sempre que isso seja possível, em termos em que o contexto o permita.

- Tínhamos os abrigos adjudicados à Decaux (a Decaux é uma Empresa com certos aspectos contratuais leoninos) e acontece que esse contrato expirou. Foi entendimento que devíamos abordar um melhor contrato que nos permitisse alguma intemporalidade na permanência dos abrigos ou até alguma receita e procurámos que Empresas Locais pudessem responder a este desafio, não o fizeram. Isto é, não têm capacidade, não só em termos de quantidade como também na qualidade. Resolvemos abrir um concurso, que está na plataforma, já acerca de dez dias, esperamos que rapidamente nos responda. Lamento mais do que ninguém que, nalgumas situações de falta de conforto para os Municípios, isto tenha acontecido. Mas espero que Março, Abril, Maio, máximo em Junho esteja tudo respondido, em todo o Concelho.

- Se a Câmara está a sentir dificuldades relativamente às medidas tomadas pelo Governo!? É óbvio! Estamos num País centralizado!

Uma das marcas (face, se calhar, à tragédia do nosso País) é que em políticas sectoriais, dentro do mesmo Partido, há coisas contraditórias, enquanto que o Governo do Eng.º Guterres, de certa maneira, deu algum impulso na questão da Lei das Finanças Locais, temos assistido, agora, a uma travagem brutal, com este Governo e com este Primeiro-Ministro, que tem expressão, que é um verdadeiro crime que lesa a economia Portuguesa no QREN. Como sabem o QREN é o maior desastre que nós temos, em termos de: afirmação internacional, de dinamização da economia e de recursos para as Câmaras.

As Câmaras têm milhões de euros à disposição que não podem utilizar, que não vêm aprovados!

Ontem chamaram-me a Coimbra para assinar um documento, nem sequer me deram possibilidades de o submeter aos outros Presidentes de Câmara da COMURBEIRAS, que tem como objectivo suspender os Regulamentos que estão aprovados no QREN. E, voltarmos o sentido àquilo que estava aprovado, no âmbito dos Quadros Comunitários de Apoio, para quê? Para ver se começamos a gastar dinheiro, mais rapidamente implorando agora, quase, que mandemos despesa e que passemos a uma fase de aumento. Só para vos dar uma ideia, o Senhor Primeiro-Ministro nas primeiras semanas de Governo disse qual é a prioridade da política estrangeira: Espanha, Espanha, Espanha!

Temos milhões para a cooperação transfronteiriça, entre Espanha e Portugal, 3,3% executados, ao fim de 2007, 2008, 2009, entrados em 2010! 3,3%!

O QREN, no seu conjunto, na Região Centro está nos 6% (se dividirem 7 anos por 100 dá cerca de 14 o que significa que, três anos) devíamos estar em 42, estamos em 6%! Já os Deputados, diversos, submeteram à Comissão um aumento para 2015/ 2016 porque não temos possibilidades até 2013.

Bom, para além disto, o investimento público está parado e o investimento está parado num quadro em que o Senhor Primeiro-Ministro não deixa de falar em investimento público. Como é que querem que o País avance se não há investimento privado? Temos que fazer investimento público, onde é que ele está? Como é que ele apoia o investimento público quando travam tudo e não decidem rigorosamente nada!?

Há pouco tempo, o Senhor Vereador Luís Barreiros disse-me: este mês, chegaram menos 200 mil euros, ou coisa assim parecida, na transferência mensal.

Eu disse: mas há aí alguma cativação, houve aí algum problema com isso?

Não! Mas olhe que, entretanto, a Associação de Municípios já nos está aqui a telefonar porque parece que isto é generalizado.

Conclusão, há pouco tempo 2/ 3 meses, o próprio Tesouro Português não transferiu para os Municípios, que é carregado no princípio do ano, aquilo que devia transferir de uma

forma automática. Constatámos que foi por todo o País e que depois, passadas duas semanas ou três, repuseram essa verba. Portanto já se estão a fazer travagens, cativações, ou pelo menos não há fundos disponíveis que estão a conduzir esta situação. Bom, quero-lhes dizer que nos números que mandamos, no report mensal ou dentro de cada Assembleia Municipal, mantemos uma almofada porque, efectivamente, hoje não sabemos. Ontem, em Coimbra, voltei a insistir para nos pagarem um milhão de contos de projectos, em overbooking, que nos pediram para pagarmos em Dezembro do ano passado e que agora não nos dão o dinheiro. É esta a situação em que estamos!

A Câmara Municipal não está em rotura (eu não telefone para a Tesouraria, quando chego de manhã, a perguntar o que é que entrou ontem de receita) como a maior parte dos Municípios!

Agora, estamos numa vereda muito estreita onde, efectivamente, há cortes. O Estado vai para a China a vender ordens do tesouro ou a captar recursos através da venda de dívida pública. Nós não podemos fazer isso! Estamos dependentes, justamente, desta situação de centralidade e de dependência de tutela da Administração pública.

- Quanto há questão da água - tenho uns documentos para mostrar, mas antes de os começar a passar queria lembrar-lhes o seguinte: em 1998, quando voltei à Câmara, o serviço de abastecimento de água no Concelho da Covilhã era de 60%, os resíduos só 30%; o saneamento 10% tratado. Doze anos depois temos: 100% de casas servidas com água potável; 100% de recolha de resíduos sólidos e tratamento e 100% de saneamento. Quando se parte para análises de custo do serviço, sem falar disto, não se sabe do que se está a falar. Agora, os resultados são estes.

Fomos fazer comparações com realidades da mesma Região, com os preços das Águas do Zêzere e Côa, que estão neste momento na secretária da Senhora Ministra, que estão para decisão da Senhora Ministra, que ou autoriza estes preços ou paga a factura, é de um aumento de 3,80m³ ou de um aumento para 4,90. Se a Covilhã tivesse seguido o critério e a proposta do Partido Socialista, hoje estávamos lá, a decisão não era nossa, nem era do Conselho de Administração das Águas da Covilhã ou dos Serviços Municipalizados, era da Senhora Ministra que iria decidir entre 3.8 ou 4.9.

Quem decide os preços somos nós, dentro dos parâmetros de contrato que temos quando vendemos os 49%! É verdade!

Mas também vos digo se, os Senhores, quiserem fazer menos obras e a Câmara quiser apoiar, como sempre apoiou ao fim e ao cabo, subsidiando a água, pode fazê-lo e a factura baixa. Agora, quando sair da Câmara não vou deixar é aquilo que os Regimes, por exemplo, Socialistas, Comunistas e de Estado, deixaram por todo o lado: foi Empresas falidas; construía Bairros de Habitação Social e depois quando fomos ver, viviam em pocilgas; o abastecimento público, como depois veio a ver-se, era sem qualquer qualidade e quantidade.

Isso não vou deixar na Covilhã! Vamos deixar Empresas sólidas e para o futuro!

Quando falei em aldrabice, não me referi à fonte que tinha falado no aumento da água, referi-me às considerações que tinham sido feitas pelos Jornais, sem investigarem a realidade das coisas. Não me referi, obviamente, nem às pessoas nem ao Partido que proferiu esses números”.

Foi feita, a seguir, a apresentação dos quadros comparativos. -----

- O Senhor Dr. Carlos Casteleiro: “gostei da exposição longa e metódica e com alguns pormenores que o Senhor Presidente aqui trouxe. Penso que, e reafirmamos, seria melhor ser feita por escrito, previamente. Pedia que, se fosse possível, de futuro o Senhor Presidente da Assembleia Municipal fizesse questão de termos os documentos escritos, oriundos do Senhor Presidente, para depois os estudarmos e chegarmos aqui e falarmos mais avalizadamente das questões.

O Senhor Presidente disse aqui: Nós somos a favor do emprego! Nós também somos a favor do emprego!

Achamos é que devemos preservar a nossa história e estamos cientes que o Senhor Presidente também comunga desta nossa posição.

O Senhor Presidente já pensou o que é que hoje seria a Cidade da Covilhã se a UBI estivesse situada, lá em baixo nos terrenos, perto do Campo da Aviação? Pensou o que é que hoje seria a Covilhã? Sabe quantos milhões de contos teríamos poupado ao erário público na feitura, dessa Universidade, nesse local?

É evidente que, a preservação da nossa Cidade, e isto é muito importante, foi defendida várias vezes pelo Senhor Presidente na recuperação destes imóveis e nós partilhamos com o grande Homem, que o Senhor também conhece e que foi um bom Mestre nos têxteis, para V. Exa. Como diria alguém, João Bernardo Gíria, a Covilhã hoje seria, de facto, uma Cidade fantasma se nós não tivéssemos essa Universidade e a cooperação e a persistência, também, da Câmara Municipal, nomeadamente, nos últimos anos e, nos anos que V. Exa. preside. Eu faço-lhe este elogio, sem qualquer tipo de problema.

Por isso aquilo que eu lhe digo é que, em relação ao Mercado, tentemos vislumbrar, por exemplo, o que é Lagos. Mas V. Exa., que é uma pessoa que conhece um pouco do Mundo, um dia quando passar por Sónia, com certeza já passou, veja o que pode ser, é igualzinho ao nosso Mercado, e foi das estruturas mais belas que eu já vi nos últimos anos na minha vida. Pronto, são sonhos que cada um de nós tem, mas eu sei que o Senhor também sonha, muitas vezes, e por isso consegue realizar algumas obras.

Quanto ao silo auto - Oh Senhor Presidente, é que há aqui um indivíduo, que se chama Carlos Manuel Casteleiro Alves, que desde sempre defendeu o silo auto juntamente com o Senhor. Defendemos e um dos pressupostos era este: não esqueçamos que é preciso que as pessoas que venham à Praça tenham um sítio também para por o carro e, nós defendemos isso e, nós votamos sempre com V. Exa. a defesa do silo auto da Covilhã.

Quanto às orientações do Vereador, que escreveu estas questões oriundas do Governo, a única coisa que eu posso depreender disto é que, esse Vereador antecipou as medidas do PEC, vários meses.

Oh Senhor Presidente, eu fico sempre muito contente quando a minha terra, quando a minha Covilhã, esteja quem esteja à frente dela, sejam os homens ou as mulheres, sejam eles quais forem, desde que sejam da Covilhã, que estejam melhor do que os outros, não me interessa, nem faço essa discrição partidária nunca a fiz nem a farei. Portanto, os Homens e as Mulheres da minha terra, que se destaquem, e as Instituições que se destaquem, em relação a todo o Nacional e, nomeadamente, a quem está ao nosso lado, fico sempre satisfeito se temos algumas melhorias, ou algumas vantagens em relação a eles, ainda bem! Também não podemos é esquecer uma questão que é fundamental: as condições de fornecimento da água, na nossa terra, também são ligeiramente diferentes, algumas situações serão melhores”.

- O Senhor Prof. Reis Silva: “queria, em primeiro lugar, referir e registar o facto de o Senhor Presidente da Câmara, de certa forma, ter clarificado o sentido das declarações ou pelo menos aquilo que saiu e foi impresso pelos jornais. Aquilo foi impresso, mas Infelizmente, também, não vimos nenhuma Declaração de rectificação dessas declarações ou, pelo menos, a clarificação disso. Fê-lo hoje, registamos com algum agrado.

E, também, registamos com algum agrado que nos diga que, afinal de contas, o processo do Mercado ainda está aberto a discussão, ou seja, vamos continuar a analisar a questão do Mercado, vamos continuar a estudar as várias variantes e cambiantes.

Só queria relembrar, o Senhor Presidente da Câmara, que as dificuldades do estacionamento, de certa forma, foram também criadas, logo nesta última fase, com a colocação do Call Center. 50% do estacionamento ficou afecto ao Call Center, o que dificultou ainda mais a circulação dos utentes ao Mercado.

Há aqui um caminho para percorrer, ainda, em volta das questões do Mercado e, penso que será útil ler, com alguma atenção, a intervenção feita pelo meu Camarada Marco.

Em relação à Associação de Turismo considero que não é, na minha opinião, uma grande solução, porque no fundo é a Câmara Municipal que vai ter a despesa principal. Sou mais defensor da solução do Departamento de Turismo que, eventualmente, se poderia constituir na Câmara Municipal.

Depois, em relação à questão do Urbanismo, isto leva-me sempre ao Relatório da IGAL, o tal relatório que, enfim, que há renitências, que há resistências, em relação à sua apresentação. É que a Inspecção é clara quando diz, no seu parecer, que se verificou um significativo numero de infracções urbanísticas, no âmbito dos licenciamentos de operações de loteamento e de obras particulares, nomeadamente violações aos Planos Municipais do Ordenamento do Território, em vigor.

No segundo parágrafo remete para os tais Tribunais que têm que decidir, como o Senhor Presidente da Câmara disse e muito bem, para que o Município seja condenado à demolição do edificado ilegalmente. É preocupante para toda a gente.

Em relação à água, dizer que: a Câmara Municipal divulgasse a acta n.º 8 do processo de privatização, do acordo entre a Câmara e a Empresa, em que os aumentos dos preços estão definidos. Nunca foi divulgada. Agradecia a sua abertura, no sentido da divulgação dessa acta do processo de privatização.

“É doloroso passar de 7 euros/m³ para 9 euros/m³. É doloroso para quem tem que fazer a gestão e retirar dinheiro, que paga na factura de água, ao apoio que a Escola deveria dar às crianças”. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu:

- “O Senhor Dr. Carlos Casteleiro falou aqui na recuperação e, eu estou de acordo, foi uma boa escolha, que na altura as pessoas responsáveis pela implementação dos politécnicos tiveram, de sediar no Quartel o primeiro núcleo do Instituto Politécnico da Covilhã. O Ministro, na época, lançou um desafio à Comissão Instaladora e disse: o vosso Politécnico avança se me apresentarem já instalações.

E, foi o edifício que estava vago, porque se houvesse outras condições seria, provavelmente, um edifício novo. O circunstancialismo histórico correspondeu e conduziu a uma boa solução.

Ainda aqui há dias, já agora para que os Senhores fiquem também indignados com coisas que têm a ver com a vossa postura relativamente a isto, este Governo resolveu fazer um

novo Museu dos Coches, como sabem temos o Museu dos Coches ao lado da Presidência da República, abandonou os Coches que estão completamente identificados com os pasteis de Belém e com a proximidade da Presidência da República e resolveu fazer um novo Museu. Um acto de novo riquísmo ou a consciência de que os Coches merecem um novo espaço para serem projectados Internacionalmente?

Agora, não vi ninguém do Partido Socialista ficar indignado porque o edifício do Museu dos Coches, integrado naquilo que foi o espaço do Navegador quando partiu para a gesta heróica dos Descobrimentos, tivesse sido abandonado. Os Coches que, por sua vez, transportam toda a nossa história, sobretudo da Monarquia.

A carta do Senhor Vereador é de 15 de Dezembro de 2009, na Câmara, em 15 de Dezembro de 2009, já sabíamos o que estávamos a viver, não havia Orçamento, não se sabia exactamente quais eram as circunstâncias no âmbito das transferências para as Câmaras. Em 15 de Dezembro de 2009, neste País alguém tinha dúvidas do que se estava a passar?

- Senhor Deputado Vítor Reis Silva não estamos a discutir, hoje, a adesão da Câmara à Associação de Turismo, porque o processo do QREN, de candidatura a fundos Comunitários, como sabem é um processo de plataforma, é anunciado que no prazo de 5, 6 dias pode haver candidaturas. E foi aberto um concurso para o Parque de Sky Urbano, faz parte do programa que apresentei na candidatura, a construir numa encosta da Covilhã e esta candidatura tinha que entrar até ao dia 1 de Fevereiro e a estrutura jurídica que podia candidatar-se não podia ser nem a Câmara, nem ninguém, tinha que ser uma estrutura de participação de privados e que tivesse a forma associativa e a Associação de Turismo encaixava-se plenamente nisso. Nós tivemos que antecipar esta constituição e, para esse efeito, os titulares das Entidades que estavam disponíveis a agrupar-se, enquanto pessoa colectiva, tiveram que renunciar a essa qualidade e constituir a Associação em termos individuais. De maneira que apareceu, o Senhor Carlos, o Senhor Francisco, o Senhor António e não sei quê, constituíram a Associação, agora saíram. Fizemos a candidatura de 5 milhões de euros. Agora, vamos ter as Assembleias-Gerais das Sociedades a decidir a adesão a uma sociedade que já estava constituída, nestes termos, e os Senhores individuais, que fizeram parte do contrato notarial e que subscreveram essa Associação, saem pura e simplesmente.

Foi por essa razão que não veio aqui logo de início e que, naturalmente, nós avançamos por este caminho.

Em relação ao Mercado continuo a dizer o mesmo: apresentem propostas à Câmara que não passem pela continuidade ali, porque nós estamos convictos que não é solução.

Já abordamos a questão dos próprios comerciantes, abordamos a questão do estacionamento. O Call Center nunca exige o estacionamento que exige o comprador, quem vem trabalhar para o Call Center não tem a alternativa, quem vem ao Mercado Municipal, vai ao Continente ou vai ao Mercado Municipal? Vai ao Continente! Portanto, a comparação não é idêntica! Quem tem ali o seu posto de trabalho vai deixar o carro onde for possível ou vai nos transportes públicos.

As infracções urbanísticas - Oh senhor Deputado Reis Silva, sobre esta matéria, se o Senhor está à espera que, alguma vez, haja alguma complicação, do ponto de vista decisório sobre infracções urbanísticas, quero-lhe dizer que já uma vez lhe provei uma casa em que o índice ultrapassava 2,17 e era dois por cento. Fi-lo assumindo essa situação. Isso podia ter sido objecto do Relatório e, a esta hora, vinha lá estampado o Senhor Vítor Reis Silva como tendo uma casa aprovada em violação da Lei.

Portanto, o Senhor fala da minha casa e falou-se na minha casa e tal e tal. Sabe que, quem faz as inspecções, cumpre o seu papel, de dizer que dois e dois são quatro. Isto é, se está lá um índice da casa, proposta por o Senhor Cidadão Reis Silva, de 2,17 quando devia ser de 2, é a violação da Lei. Simplesmente, ele não apanhou esse processo e, para lhe dar um exemplo destas coisas, para desmistificarmos essa tentativa de construção de castelos, quero dizer-lhe que quando cheguei à Câmara, tinha setenta bengalows comprados para as Penhas da Saúde, em 1998 e tinha já 25 montados e, estavam equipas, da Finlândia, a montarem em força, porque a madeira tinha que ser montada em determinadas circunstâncias etc. ainda eu não tinha visto qual era a temperatura do Gabinete e já tinha esse processo em cima.

Como é que se actua nestas circunstâncias? Bom, a lei diz que isto é tudo ilegal, não há loteamento, não há plano, vão abaixo!

O Senhor Presidente da Câmara Carlos Pinto, na altura, devia ter assinado um papel e dizer é tudo ilegal, tudo abaixo. Se não deitarem abaixo avançam as máquinas da Câmara. Sabe qual foi o destino disto, depois das explicações devidas e da aprovação do Plano de Pormenor das Penhas da Saúde? Arquivo, pelo digníssimo Magistrado do Ministério Público de Castelo Branco. ARQUIVADO!

- A Acta nº 8 sobre os aumentos é verdade! Porque eu recusei-me, tal como nas negociações com as águas do Zêzere e Côa, a embarcar numa viagem conjunta em que eu não soubesse as regras. E, é evidente que nós definimos, com o parceiro privado, quais são os aumentos, qual é o tempo dos aumentos, ou o que é que significa, a prazo, para os consumidores Covilhanenses.

Agora, devo dizer-lhe o seguinte, quando o Senhor fala nas comparações e nos aumentos, etc.: para já, nós vamos estabilizar, praticamente, neste plano. Devo dizer-lhe que, não posso dizer mais do que isto, mas tenho a impressão que, está executado todo o plano, quanto às tarifas.

A Câmara faz pagar ao Estado, de acordo com as indicações que dá, seja Hospital, seja Tribunal, seja Polícia, seja Escolas. E devo dizer-lhe que há muitos casos, como a Universidade, em que a factura reduziu 30%, porque os meninos iam para os Laboratórios deixavam as torneiras abertas e agora olham para isso. Porque têm directrizes internas para esse efeito.

- Senhora D. Isilda Barata: as paragens têm um problema que é, os dois círculos, as duas coroas circulares, uma interior e outra exterior, a interior é da COVIBUS e a exterior é da Auto Transportes.

Estamos muito atentos e vamos ter uma reunião, nos próximos dias, para ver até que ponto é que facilitamos a distribuição daqueles que vêm da coroa exterior das Freguesias Rurais, é um aspecto de afinação que ainda estamos a trabalhar. -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva: “quando fala no meu processo de casa própria, a volumetria, a que o Senhor Presidente da Câmara se refere, é a que se encontra hoje no Plano Director Municipal. Só que o processo, de licenciamento da minha casa, é anterior à aprovação do Plano Director Municipal.

Oh Senhor Presidente da Câmara, a realidade é esta! Sabe, perfeitamente, que eu não lhe pedi nada! O requerimento foi feito, o técnico respondeu, a Câmara aprovou!” -----

2.2 - 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO ANO DE 2010

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 05 de Fevereiro de 2010, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea b), do n.º 2, do artigo 53.º, conjugado com a alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 01032 de 2010.02.17 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores Deputados Municipais:

- Dr. Nelson Silva referiu que uma revisão a pouco mais de um mês da aprovação do Orçamento descredibiliza o documento que foi votado e que é uma situação que poderia ter sido plasmada logo no Orçamento. Pelo que o sentido de voto da Bancada do PS vai ser o da abstenção;

- Prof. Reis Silva perguntou qual o resultado do processo judicial, interposto pelo proprietário, atendendo a que a Câmara já está a disponibilizar a verba;

- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que: nós fomos para a expropriação por utilidade pública. Estamos na 2.ª Comissão de Arbitragem e as sucessivas Comissões vão implicar compromissos de depósito de verbas.

Quando a 2.ª Comissão de Arbitragem se reuniu propôs um valor. Esse valor não era de consensualidade total, é um valor em que houve uma maioria. O Juiz defere esse valor, que depois tem direito a réplica, da parte dos nossos defensores. Entretanto, obriga a que depositemos o valor e para o fazermos, temos que fazer a consagração orçamental. Qual é o valor final? Não lhe posso responder.

Nós estamos a fazer todo o possível para fazer valer as nossas razões. Não sabemos, no final do processo, quanto é que pagaremos pelos terrenos. Entretanto, vamos ter que cumprir as determinações do Juiz, de depósito deste valor à ordem do respectivo Tribunal. Pelo que, para o fazermos, temos que ter consagração orçamental. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do ano de 2010**, foi a mesma **aprovada por maioria com 49 votos a favor (PSD, CDU e CDS), 1 voto contra (BE) e 10 abstenções (PS)**. -----

2.3 - AQUISIÇÃO DO TEATRO CINE

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 25 de Fevereiro de 2010, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea i), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 01274 de 2010.03.02 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores Deputados Municipais: Dr. Miguel Nascimento congratulou-se com a aquisição e lançou o desafio à Câmara para que encontre parceiros do lado de lá da Fronteira, para se candidatar a um programa transfronteiriço; Prof. Reis Silva (**doc.15**); Dra. Neli Pereira (**doc.16**); Dr. Nelson Silva solicitou esclarecimentos acerca do ónus financeiros e recomendou a realização de operações de fixação de taxas através de SWAP, CAP ou COLLAR, para esta situação e para o stock de dívida que a Câmara tem; João Pinto felicitou a Câmara pela aquisição deste edifício emblemático; Prof. Joaquim Matias felicitou a Câmara, em nome da Bancada do PSD, e lamentou que não se possa ter o espaço do Café MONTALTO; D. Isilda Barata congratulou-se com a aquisição do edifício e a preservação do património. ---

- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que para as obras de recuperação do espaço, as tentativas para falar com o Senhor Primeiro-Ministro sobre a sua aprovação a fundos comunitários têm saído goradas. Pretende fazer uma candidatura ao POVT ou outro qualquer programa Comunitário, não havendo terá que recorrer a uma parceria público privada ou leasing transitório. Está previsto:

- Uma sala com cerca de 600 lugares, para espectáculos e centro de congressos;
- Aumentar o palco;
- Duas salas até 100 lugares e um pequeno teatrinho até 150 lugares;
- No espaço onde estava a agência de viagens, retomar o velho MONTALTO.

O Senhor Presidente terminou a intervenção dizendo que a Câmara não é indiferente à consensualidade obtida na discussão deste ponto e informou que iriam estudar a recomendação apresentada. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Aquisição do Teatro Cine**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

Foram feitas Declarações de Voto pelos Senhores Deputados Municipais:

- Dr. Carlos Casteleiro: “Eu votei positivamente e manifesto e quero manifestar, aqui, a toda a gente que aqui está, o espírito construtivo que hoje se está aqui a viver nesta sala. E que toda a gente perceba, e nomeadamente o Senhor Deputado João Pinto, quando nós apresentámos aqui este tipo de proposta, por exemplo do Dr. Nelson, só temos um objectivo: é de tentar, de facto, se for possível, melhorar alguma coisa, mais nada! Nós não pretendemos mais nada!

E, como disse o Senhor Presidente e muito bem, nós estamos cientes, que isto, que é um grande negócio; é um bom negócio; é uma boa oportunidade para a Câmara Municipal da Covilhã. Traz encargos e, como ele disse e muito bem, é que por acaso, quem vai, de facto, resolver esta situação, no final, será o Partido Socialista. Porque o Senhor Presidente Carlos Pinto já aqui não estará”. -----

- Prof. Joaquim Matias: “Eu confesso que espero que seja o PSD a resolver aquele assunto sob pena de termos uma passagem de nível da estação, ali”. -----

2.4 - REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS, COMPENSAÇÕES E OUTRAS RECEITAS

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 05 de Março de 2010, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º, conjugado com a alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 01366 de 2010.03.08 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores Deputados Municipais:

- Dr. Nelson Silva que recomendou algumas alterações (**doc.17**);
- Prof. Reis Silva manifestou a sua discordância na aplicação de taxas às crianças nas infra-estruturas desportivas e propôs a isenção até à idade da escolaridade obrigatória;
- O Senhor Presidente da Câmara Municipal prestou esclarecimentos dizendo que compreende as propostas apresentadas lamentando não as poder aceitar dado que a Proposta foi objecto de análise pelos Grupos de Trabalho que fizeram contas. Terminou dizendo que mantém a Proposta apresentada eliminando o ponto 3, do art.º 16.º, do Capítulo IV. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Regulamento e Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas**, foi a mesma **aprovada por maioria com 56 votos a favor (PSD, PS e CDS), 3 votos contra (CDU) e 01 abstenção (BE)**. -----

2.5 - ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 05 de Março de 2010, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, conjugado com a alínea n), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 01368 de 2010.03.08 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores Deputados Municipais:

- Dra. Mónica Ramôa propôs que a Proposta fosse retirada (**doc.18**);

- Prof. Joaquim Matias disse que a Bancada do PSD está integralmente de acordo com a Proposta que a Câmara Municipal apresenta. Porque é ao Executivo Municipal que cabe a responsabilidade de analisar o quadro de pessoal, a estrutura orgânica e verificar aquilo de que necessita para que, efectivamente, os Serviços possam continuar a resolver os problemas das pessoas. Que isso é que é importante. Portanto, nós iremos votar favoravelmente a proposta da Câmara;

- O Senhor Vereador Dr. Pedro Silva informou que: esta proposta que vem hoje à Assembleia Municipal, e que nós esperamos ver aprovada, é também para cumprir aquilo que a legislação determina, que é: que os Municípios façam uma reavaliação das estruturas em vigor e que proponham alterações. No pressuposto, de que a própria Direcção-Geral, em formações que tem dado no País, ainda não sabe bem o que é que pretende da Lei.

Nós estamos-nos aqui a limitar a cumprir o preceito legal. Podíamos ter feito outra proposta, que é aquela que no limite a lei permite fazer, que era a de trazer, à Assembleia Municipal, uma proposta de abrangência dizendo quais seriam o número de estruturas orgânicas, o numero de unidades orgânicas que a Câmara acha passíveis e necessárias para o seu funcionamento. E, depois, deixar ao critério do Senhor Presidente da Câmara a definição da estrutura, a todo o tempo, dessas unidades orgânicas e decidimos não o fazer. Decidimos dizer, claramente, o que é que se pretende em termos de alterações, em face daquilo que existe ou que existia até ao ano anterior, aguardando e cumprindo o preceito legal. E, aguardando que haja novas orientações que clarifiquem, de uma vez por todas, o que é que se pretende em termos de futuro e em termos de estrutura orgânica. Para que então nessa altura, porque a lei também o permite, possamos ir adaptando a estrutura, que agora vamos aprovar, às necessidades que a Câmara vai ter no futuro. ----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Estrutura e Organização dos Serviços Municipais**, foi a mesma **aprovada por maioria com 56 votos a favor (PSD, PS e CDS), 3 votos contra (CDU) e 01 abstenção (BE)**. -----

Foi feita Declaração de Voto, pela Senhora Deputada Municipal:

- Dra. Mónica Ramôa: “Nós votámos contra porque esta proposta não está feita à luz do Decreto-lei que diz estar. Por isso, votámos contra”. -----

2.6 - RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO AMBIENTE ACÚSTICO MUNICIPAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 05 de Março de 2010, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no artigo 10.º, do Regulamento do Ruído aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/07, de 17 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Declaração de Rectificação n.º 18/07, de 16 de Março e pelo Decreto-Lei n.º 278/07, de 1 de Agosto, através do ofício n.º 01367 de 2010.03.08 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, não houve intervenientes. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Relatório sobre o estado do Ambiente Acústico Municipal**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

2.7 - RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO 1.º SEMESTRE DE 2009 DA PARKURBIS - PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA COVILHÃ, S.A

--- Na sequência da apreciação pela Câmara Municipal, na reunião de 05 de Fevereiro de 2010, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para conhecimento, através do ofício n.º 01033 de 2010.02.17 e seus anexos. ---

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores Deputados Municipais:

- Dr. Marco Gabriel (**doc.19**);

- Dr. Nelson Silva (**doc.20**);

- Dr. Paulo Ferrinho perguntou se o Senhor Dr. Pedro Farromba, agora Vereador a tempo inteiro, mantinha o cargo que detinha como Director Executivo do PARKURBIS;

- Senhor Vereador Dr. Pedro Farromba informou que:

Estão instaladas 30 Empresas no PARKURBIS e que no total, grosso modo, terão 300 Funcionários;

O apoio de todos os accionistas é fundamental, não só financeiramente mas na forma estrutural como está instalado e, na ligação umbilical que tem que ter com as Universidades. É fundamental que todos os parceiros estejam envolvidos;

Contabilisticamente regista-se uma menos valia, porque o terreno estava valorizado num determinado valor (foi valorizado num momento em que os valores do Mercado eram bastante altos) e para o poderem vender, a venda é condicionada ao tipo de actividade que vai lá ser desenvolvida, teve que ser ajustado ao preço de Mercado actual.

“Em relação às dívidas dos nossos clientes, das Empresas incubadas: elas retratam, também, aquilo que é a realidade do País!

Se formos muito inflexíveis corremos o risco de não podermos fazer aquilo para o qual o PARKURBIS foi criado. Ou seja, para a promoção do empreendedorismo e para a forma como devemos contribuir e devemos ajudar as Empresas e os empreendedores a instalarem-se. Quanto ao PARKURBIS não dar lucro, nenhum dá! Não há nenhum Parque de Ciência e Tecnologia, no Mundo, que dê lucro! São estruturas públicas, criadas para promover o empreendedorismo.

Aquilo que é fundamental, neste caso, é nós conseguirmos perceber aquilo que é o objectivo do PARKURBIS. E, o objectivo do PARKURBIS é ajudar a criar empresas; é atrair investimento; é criar emprego qualificado e, portanto, nesse aspecto eu acho que o trabalho que tem sido feito está à vista de todos.

Eu, não posso manter os dois cargos, no mesmo formato que detinha de Director Executivo do PARKURBIS. Neste momento, sou Vereador, a minha actividade principal e a remuneração que recebo é por ser Vereador e sou Administrador Delegado do PARKURBIS, mantenho a Gestão, não remunerado". -----

2.8 - ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA PARA A ASSEMBLEIA DISTRITAL DE CASTELO BRANCO

--- Na sequência do ofício circular n.º 3/ADCB/SP/2009, de 2009.11.23, da Assembleia Distrital de Castelo Branco, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos, do disposto na alínea b), do artigo 2.º, do Decreto Lei n.º 5/91, de 8 de Janeiro. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Foi presente à Mesa uma Proposta, pelo Grupo Parlamentar do PSD, a indicar o Senhor Fausto Herculano Branco Baptista, Presidente da Junta de Freguesia de São Jorge da Beira. -----

- Submetida, de seguida, a candidatura a sufrágio, por escrutínio secreto, apurou-se o seguinte resultado:

- Número de votantes	44
- Número de votos a favor	31
- Número de votos contra	06
- Número de votos em branco	07

--- Face ao resultado obtido, a Assembleia Municipal da Covilhã elegeu como representante o **Senhor Fausto Herculano Branco Baptista**, Presidente da Junta de Freguesia de São Jorge da Beira. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Não houve intervenientes. -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram vinte horas e cinco minutos, da qual se lavrou a presente acta que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

Coordenadora Técnica,